Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Lido em: 20/11/23
Mazutti
Vereador - 1º Secretário

MOÇÃO Nº 122 , DE 2023.
(Proponente: Dr. Lauri/SOLIDARIEDADE)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 08/11/23
Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

A Câmara Municipal de Cascavel, por seu Vereador subscritor, nos termos que regem o art. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis, hipoteca, após deliberação legislativa, Moção de Apoio, ao Projeto de Lei nº 3.747 de 2021, de autoria do Deputado Federal Charlles Evangelista (PSL/MG), que obriga as concessionárias de energia elétrica a atender a solicitação de fornecimento de energia mediante simples comprovação de posse do imóvel a pedido do possuidor.

Dê-se ciência dessa Moção ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Arthur Lira (PP – AL), Presidente da Câmara de Deputados.

É a Moção. Sala das Sessões.
Cascavel, 7 de novembro de 2023.

Dr. Lauri
Vereador/SOLIDARIEDADE

Exposição de Motivos.

É inegável que a legislação deve buscar o equilíbrio entre os direitos e deveres das partes envolvidas em uma relação jurídica. No contexto dos imóveis, essa dinâmica se torna ainda mais evidente quando se trata de dívidas acumuladas pelo antigo proprietário, e a necessidade de fornecer energia elétrica para o novo possuidor do imóvel.

É uma situação complexa, em que a questão da dívida de energia elétrica em um imóvel pode afetar o novo proprietário. É importante lembrar que não se pode penalizar o próximo dono do imóvel pelas dívidas deixadas pelo antigo proprietário. Cada um deve responder por suas próprias obrigações e débitos.

Essa medida visa garantir que a habitação de uma nova família não seja prejudicada por dívidas antigas, muitas vezes desconhecidas no momento da aquisição. Isso não significa que as dívidas de energia elétrica sejam perdoadas, mas sim que a responsabilidade por essas dívidas recaia sobre o quem realmente é responsável por ela. É

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA

uma medida que busca equilibrar os interesses das partes envolvidas, protegendo o novo possuidor do imóvel de dívidas que não lhe são atribuíveis.

Em resumo, a legislação que obriga as concessionárias de energia elétrica a atender a solicitação de fornecimento de energia mediante simples comprovação de posse do imóvel é uma maneira de garantir que a justiça prevaleça e que não se prejudique o novo proprietário por dívidas deixadas pelo antigo dono. É um exemplo de como o sistema legal pode evoluir para proteger os direitos daqueles que não têm responsabilidade sobre as ações de terceiros.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA